

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No passado dia 2 de setembro foi aprovada, em Conselho de Ministros, sob proposta da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., a entrada numa terceira fase do processo de reprivatização da EFACEC, que visa permitir aos candidatos a possibilidade de melhorar as suas propostas finais e na qual irão participar as empresas DST e Sing - Investimentos Globais. Esta terceira fase do processo de reprivatização da Efacec, atendendo ao impacto no equilíbrio das contas públicas e aos danos reputacionais que lhe podem estar associadas no futuro, levanta ao Grupo Parlamentar do PAN um conjunto de dúvidas, relativamente às quais se exige o cabal esclarecimento pelo Ministério das Finanças, enquanto responsável pela tutela PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A.

Por um lado, segundo dados de uma auditoria levada a cabo pelos concorrentes à compra da empresa, a EFACEC, para além de ter uma dívida financeira líquida de cerca 170 milhões de euros, teve em 2020 um EBITDA ajustado de 60 milhões de euros negativos, prevendo-se um resultado operacional na ordem dos 25 milhões de euros negativos para 2021. Estes dados são preocupantes não só porque revelam números 3 vezes superiores àqueles que foram reportados pela EFACEC no Relatório e Contas do ano passado (que referia um EBTIDA de 20 milhões de euros negativos), mas também porque significam que, para além dos 70 milhões de euros já dados sob a forma de garantia pública, a reprivatização da EFACEC exigirá que se pague ao comprador no mínimo 80 milhões de euros.

Em nome da transparência e do rigor na gestão dos dinheiros públicos os custos futuros da reprivatização da EFACEC e a disparidade destes números têm de ser esclarecidos pelo Governo. Da mesma forma dever-se-á garantir o esclarecimento urgente da razão que justificou que, após a nacionalização e o conhecimento público destes dados preocupantes, o Governo tenha optado pela manutenção da equipa de gestão que levou a estes resultados negativos, bem como sobre os custos que a reprivatização poderá ter no âmbito do Orçamento do Estado para 2022.

Por outro lado, José Teixeira, Presidente do Conselho de Administração da empresa DST, que

passou à terceira fase da reprivatização da EFACEC, está a ser investigado pelo Ministério Público pela alegada prática de crimes de corrupção passiva e ativa e de participação económica em negócio – relacionados com a adjudicação de empreitadas de obras públicas pela empresa entre 2011 e 2017. Esta situação leva a crer que o Governo não só não garantiu que o respeito por critérios de transparência, ética e de idoneidade do comprador fossem escrupulosamente assegurados na reprivatização da EFACEC, como também não está a prevenir eventuais danos reputacionais que poderão surgir com uma eventual venda da EFACEC a uma empresa cujo principal responsável está sob suspeita de crimes com tal gravidade – o que a ocorrer significa a repetição de erros que vimos na venda da seguradora GNB Vida. Esta postura é particularmente censurável se tivermos em conta o impacto orçamental que pode estar associado à reprivatização da EFACEC, mas também ao historial que liga a empresa a Isabel dos Santos e que está na origem na nacionalização.

Assim, face ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PAN vem por este meio dirigir ao Governo, através do Senhor Ministro das Finanças, João Leão, as seguintes perguntas:

1 - O que justifica a disparidade significativa entre os valores do EBITDA apresentados pela EFACEC no Relatório e Contas do ano passado (20 milhões de euros negativos) e os valores apresentados na auditoria levada a cabo pelos concorrentes à reprivatização da empresa (60 milhões de euros negativos)? Previa o Governo que esta disparidade se viesse a verificar?

2 - Que medidas vai o Governo tomar relativamente a esta disparidade? Atendendo a esta disparidade, vai o Governo tomar diligências no sentido de promover uma mudança da equipa de gestão da EFACEC?

3 - Atendendo a estes dados, quais os custos totais que a nacionalização e reprivatização da EFACEC poderão ter para o erário público e durante quantos anos prevê o Governo que se possam manter? Que encargos com estas operações prevê o Governo assumir no âmbito do Orçamento do Estado para 2022 e qual o respectivo valor?

4 - Tendo em conta que o Presidente do Conselho de Administração da DST está a ser investigado pela alegada prática de crimes de corrupção passiva e ativa e de participação económica em negócio, vai o Governo excluir a DST do processo de reprivatização da EFACEC?

Palácio de São Bento, 14 de setembro de 2021

Deputado(a)s

BEBIANA CUNHA(PAN)

INÊS DE SOUSA REAL(PAN)

Nelson Silva(PAN)